

FÓRUM ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO



PLANO DE AÇÃO

Fonte: CRP - SP

São Paulo, Novembro de 2001

INDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	P.06
2. PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.....	P.09
3. ESTRATÉGIAS.....	P.10
4. ÁRVORE DOS PROBLEMAS.....	P.11
5. ÁRVORE DOS OBJETIVOS.....	P.12
6. ANÁLISE DOS ATORES.....	P.13
ATOR CONDECA	
ATOR FÓRUM ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
ATOR MINISTÉRIO PÚBLICO	
ATOR FÓRUMS MUNICIPAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
ATOR FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
7. ANÁLISE DE GOVERNABILIDADE.....	P.23
8. LINHAS DE AÇÃO.....	P.25
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	P.33

DEDICATÓRIA

**Dedicamos a todas
as crianças e os adolescentes do Estado de São Paulo.**



AGRADECIMENTOS

À Adelaide Fátima Consoni (in memoriam)

pela encorajamento do grupo durante o período em que esteve no Fórum.

Pela garra e sensibilidade em lutar pelos direitos humanos.

Enfim pela sua dedicação na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Aos membros do Fórum

que tiveram paciência e persistência

na construção deste planejamento.

Ao Colégio Santa Inês

por ter cedido o espaço para a realização deste trabalho.

FÓRUM ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO

Executiva Provisória

Adelaide Fátima Consoni (*in memoriam*)

Alan Carvalho

Ana Alzira Fogaça

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Lourival Nonato

Equipe Sistematizadora

Cleide Batista

Edson Maurício Cabral

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Givanildo M. da Silva

Marcelo Aversa

Maria Stela Santos Graciani

Neide Aparecida Fernandes

Terezinha Helena M. Almeida

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto que ora apresentamos teve início em julho/1999, através da iniciativa de algumas pessoas que compunham o FEDDCA/SP e desejavam organizá-lo, além de sentirem a necessidade de planejar a sua atuação.

Em princípio foi pensado dois dias para concluirmos o planejamento, mas por dificuldade dos participantes do FEDDCA/SP não houve consenso nas datas propostas.

Desta forma, a continuidade do planejamento foi agendada para ser realizada nos dias das reuniões do FEDDCA/SP. No entanto, a dinâmica das reuniões e os eventos em nível estadual e nacional como a III Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, impossibilitou a sua conclusão no ano de 1999.

Apesar das avaliações positivas em relação a necessidade do planejamento participativo, os participantes do FEDDCA/SP não conseguiram, em sua maioria, priorizá-lo na agenda pessoal e institucional.

Durante todo o ano de 2000, pessoas preocupadas com a organização do FEDDCA/SP mantiveram-se reunidas para dar andamento ao planejamento, porém sempre esbarrávamos nas questões conjunturais, que exigem de nós respostas rápidas.

No decorrer do planejamento, a executiva do FEDDCA/SP se distanciou das reuniões ordinárias do Fórum pela dificuldade de alguns componentes. Em maio/2000, houve a indicação de uma executiva provisória para dar continuidade aos trabalhos do FEDDCA/SP, que aliás já estavam sendo assumidos pelos mesmos.

Concluimos o planejamento em novembro/2001 com muita dificuldade. A mais marcante foi o falecimento da moderadora, Sra. Adelaide Consoni, que, além do domínio do método, tinha uma grande atuação na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Contudo, tivemos a certeza de que era preciso terminá-lo, para que o Fórum tivesse a sistematização dessas riquezas produzidas durante todo o processo.

Os resultados que ora apresentamos demarcam a trajetória que precisamos percorrer para a efetiva implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Estado de São Paulo com a sustentação de um forte movimento pela infância e adolescência articulado e integrado com todas as regiões do Estado.

Para tanto, o planejamento tanto aponta **Linhas de Ações**• como síntese de nossas expectativas — principalmente daqueles que participaram ativamente deste processo — sobre *o que é* e sobre *o que deve fazer* o FEDDCA/SP, como também aponta uma forma de Organização, que é tão importante quanto as Ações porque uma forma democrática de organização condiciona a construção de propostas legitimadas pela participação coletiva. À guisa de uma introdução a síntese das discussões do planejamento participativo, apresentamos algumas conclusões:

1. as **Linhas de Ação** que nortearão o FEDDCA/SP para posterior detalhamento (coordenação e prazo) em Plano de Ação:

1.1. construir o projeto político de intervenção social;

1.2. promover a capacitação dos sujeitos envolvidos no Fórum pautada nos princípios e diretrizes da doutrina da proteção integral;

1.3. desenvolver Ações de Mobilização e de Articulação, tendo em vista a sensibilização da comunidade e da sociedade em geral para o reconhecimento e exercício da democracia participativa;

1.4. estruturar o Fórum nas diferentes frentes (administração organizacional, financeira e comunicação), no sentido de legitimar, viabilizar e potencializar suas proposituras.

2. a necessidade de Organização do Fórum com a criação de 4 (quatro) Comissões de Trabalho, sendo elas:

2.1. Comissão de Formação; *Permanente e Continuada*

2.2. Comissão de Captação de Recursos; *Interregional e Estadual*

2.3. Comissão de ^{Mobil.} Articulação Regional; e,

2.4. Comissão de Comunicação e Divulgação.

* As palavras em negrito são categorias do Planejamento.



2. PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Participação Ativa

Adelaide Consoni – IPA do Brasil (*in memoriam*)

Alan Carvalho

Ana Alzira Fogaça – Salesianoa

Cleide Batista – Circo Escola Enturmando Vl. Penteado

David Fumio Gonçalves - Sindicato Bancários Guarulhos

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini – NTC-PUC-SP /MNMMR

Lourival Nonato – ECA em Revista

Terezinha Helena M. Almeida – Fórum Municipal DDCA/SP

Representação de Organizações

São Camilo, Salesianos, ACETESP, Associação de Mães de Crianças Desaparecidas, Conselho Tutelar (Garça, Itapevi, Ipiranga, Cotia, Ribeirão Preto), CUT/SP, Projeto Meninos e Meninas de São Bernardo do Campo, CEDECA São José

ESTRATÉGIAS

A opção pelo método Planejamento Orientado por Objetivos (ZOPP) ficou a critério da moderadora escolhida pela executiva do FEDDCA/SP. Trata-se de metodologia de planejamento utilizada que partiu de uma *Árvore de Problemas*, montada conjuntamente pelos participantes do Fórum.

Após a construção da **Árvore dos Objetivos**, passamos para a **Análise de Atores**, tendo tido, nessas fases, uma boa participação dos membros do FEDDCA/SP que habitualmente o frequenta. Já nas fases seguintes, **Análise de Governabilidade** e a **Matriz de Planejamento** que conduziu à **Linha de Ação**, a participação decaiu, optando o FEDDCA/SP por dar continuidade no planejamento em reuniões extraordinárias que trataria especificamente da conclusão deste trabalho, afim de produzir uma versão para a deliberação e implementação pelo coletivo.

Este processo de construção é um tanto quanto preocupante, porque é evidente que uma peça de planejamento tem como *premissa básica de quem planeja é quem executa*. Por isso, é que o Planejamento delineou as Linhas de Ação, mas não as ações, por compreender a necessidade de uma maior participação nessa fase. A partir das **Linhas de Ação**, que estão relacionados 36 (trinta e seis) **Resultados**, para os quais elaboramos **Objetivos Gerais e Específicos**. E ainda, como se verá nas tabelas a seguir, também estão correlacionados os **Instrumentos** e a **Responsabilidade Institucional** para a realização do Objetivos e Resultados.

ÁRVORE DOS
PROBLEMAS FEDDCA

USAR O FÓRUM DE ACORDO COM OS
INTERESSES DO MOMENTO

FALTA ESTRUTURAR O FÓRUM	HÁ FALTA DE PLANEJAMENTO COLETIVO DA SOCIEDADE CIVIL, POSSIBILITANDO A FRAGMENTAÇÃO DAS NOSSAS AÇÕES	FALTA DO CONHECIMENTO DA MISSÃO INSTITUCIONAL
FALTA ARTICULAR A SOCIEDADE CIVIL PARA A INSERÇÃO DA REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL		FALTA DE SABER A HISTÓRIA DO FÓRUM
HÁ DISPERSÃO DO DISCURSO PELA FALTA DE SISTEMATIZAÇÃO	FALTA OPERACIONALIZAR O NOSSO PROJETO	FALTA DE CONTINUAR A DIVULGAÇÃO DA REAL HISTÓRIA DO FÓRUM
FALTA ARTICULAÇÃO DO FÓRUM, COM A ASSOCIAÇÃO CRIADA PARA DAR SUPORTE FINANCEIRO	AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	FALTA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DEFINIDA
HÁ COMUNICAÇÃO DIFERENCIADA DE ACORDO COM OS INTERESSES POLÍTICOS DE PESSOAS E/OU GRUPOS QUE ATUAM OU NÃO NO FÓRUM	FALTA CONHECIMENTO SOBRE O QUE É, E QUAL A IMPORTÂNCIA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	HÁ INEFICIÊNCIA E FALHA DA COMUNICAÇÃO
FALTA COMUNICAÇÃO PARTILHADA	FALTA DE VONTADE POLÍTICA EM FINANCIAR A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	FALTA DE DIVULGAÇÃO NO/PARA O ESTADO DE SÃO PAULO
FALTA PRIORIZAÇÃO NA AGENDA DAS PESSOAS E INSTITUIÇÕES QUE COMPOEM O FORUM ESTADUAL DCA	FALTA DE UMA SEDE FIXA	FALTA METAS CLARAS
FALTA DE COMPROMETIMENTO PARA NOSSA UNIDADE DE AÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS NOSSOS OBJETIVOS COMUNS GARANTINDO A "FOGUEIRA DE VAIDADES"	FALTA INFRA-ESTRUTURA PARA ATUAÇÃO E COMUNICAÇÃO, BEM COMO UM PONTO DE REFERÊNCIA PARA ESTA ORGANIZAÇÃO	
DIFICULDADE NO ENTROSAMENTO DOS PARTICIPANTES	DESORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO FÓRUM	
	DIFICULDADE DE TRABALHAR COM DISCIPLINA POLÍTICA	
	FALTA OBJETIVIDADE NAS DISCUSSÕES	
	FALTA DE ORGANIZAÇÃO E DISCIPLINA QUANTO A PAUTA E HORÁRIOS DAS REUNIÕES DO FÓRUM - INÍCIO E TÉRMINO	
	HÁ EXISTÊNCIA DE ATITUDES CENTRALIZADORAS	
	FALTA DE SEQUÊNCIA, PERSISTÊNCIA E COBRANÇA DO QUE FOI SOLICITADO OU FALADO NO FÓRUM	
	FALTA RECONHECIMENTO E PRIORIZAÇÃO, PELAS INSTITUIÇÕES DA IMPORTÂNCIA DO FEDCA COMO ESPAÇO DA PARTICIPAÇÃO REPRESENTATIVA	
	DESCONHECIMENTO DO PAPEL E DA IMPORTÂNCIA DO FEDCA	
	FALTA INTERFACE DO FÓRUM ESTADUAL DCA COM OS MICROFÓRUNS - TRABALHO INFANTIL, EXPLORAÇÃO SEXUAL, SIPIA E OUTROS	
	NÃO EXISTE FÓRUNS MUNICIPAIS EM TODAS AS CIDADES DO ESTADO	
	NÃO EXISTE ARTICULAÇÃO ENTRE FÓRUNS MUNICIPAIS REGIONAIS E ESTADUAL	
	FALTA DE COMPROMISSO COM "O TODO" DO FÓRUM (NÃO SÓ COM SEU INTERESSE)	
	HOUE O FECHAMENTO DO FORUM EM UM GRUPO POLÍTICO	
	FALTA FORMALIZAÇÃO DE POSICIONAMENTO DO FORUM PARA GARANTIA E DEFESA DO ECA DESRESPEITADO POR INSTITUIÇÕES E PELO ESTADO	



ÁRVORE DOS
OBJETIVOS FEDCA

**PARTICIPAR DO FEDCA DE ACORDO COM OS
PRINCÍPIOS CONSIGNADOS NO
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

ESTRUTURAR O FÓRUM		ELABORAR O PLANEJAMENTO COLETIVO DO FÓRUM PARA POSSIBILITAR AÇÕES ARTICULADAS E INTEGRADAS	TRAÇAR COM OBJETIVIDADE OS INTERESSES DO FÓRUM DCA, EVITANDO A SOBREPOSIÇÃO DE INTERESSES INDIVIDUAIS
BUSCAR CONCISÃO NO DISCURSO PARA FACILITAR A SUA SISTEMATIZAÇÃO, ETC	ARTICULAR SOCIEDADE CIVIL PARA A INSERÇÃO DO SEGMENTO GOVERNAMENTAL	DIVULGAR PARA AS INSTITUIÇÕES A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO COLETIVA NO FÓRUM	DIVULGAR A MISSÃO INSTITUCIONAL
BUSCAR ARTICULAÇÃO DO FÓRUM COM A ASSOCIAÇÃO CRIADA PARA DAR SUPORTE FINANCEIRO	CONSTRUIR COMISSÃO PARA OPERACIONALIZAR O PROJETO	PUBLICIZAR O PAPEL E A IMPORTÂNCIA DO FÓRUM ESTADUAL DCA, PARA FAVORECER O CONHECIMENTO ÀS INSTITUIÇÕES	DIVULGAR A HISTÓRIA DO FÓRUM
CRIAR METODOLOGIA DE TRABALHO COM AS DIFERENTES COMUNICAÇÕES EXISTENTES NO FÓRUM	CONSTITUIR UMA COMISSÃO PARA CAPTAR RECURSOS	CRIAR INTERFACE DO FÓRUM ESTADUAL, COM OS MICROFÓRUNS (ESPECÍFICOS) POSSIBILITANDO A EXISTÊNCIA DE UM PONTO AGLUTINADOR	PERSISTIR NA DIVULGAÇÃO DA REAL HISTÓRIA DO FÓRUM
DESENVOLVER UMA REDE DE INFORMAÇÕES ENTRE OS DIFERENTES SEGMENTOS	TOMAR CONSCIÊNCIA DO QUE É DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E SUAS IMPLICÂNCIAS	ARTICULAR ENCONTROS REGIONAIS COM O OBJETIVO DE POSSIBILITAR A ORGANIZAÇÃO E A CRIAÇÃO DOS FÓRUNS MUNICIPAIS	DEFINIR ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO
PRIORIZAR O FÓRUM NA AGENDA DAS PESSOAS E INSTITUIÇÕES	SENSIBILIZAR AS PESSOAS E INSTITUIÇÕES QUE CONHECEM A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA PARA QUE POSSAM FINANCIÁ-LOS	CRIAR ENCONTROS SISTEMÁTICOS NAS REGIÕES PARA GARANTIR UMA ARTICULAÇÃO PERMANENTE COM OS FÓRUNS	TORNAR A COMUNICAÇÃO EFICIENTE E SEM FALHA
TER COMPROMETIMENTO PARA NOSSA UNIDADE DE AÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS NOSSOS OBJETIVOS COMUNS A FIM DE NÃO PREVALEÇA A "FOGUEIRA DE VAIDADES"	CAPTAR RECURSOS PARA A INSTALAÇÃO DE UMA REDE PARA O FÓRUM ESTADUAL	CONSTRUIR COMPROMISSOS COLETIVOS NO FÓRUM, SENDO OS INTERESSES INDIVIDUAIS DECORRENTES DA PRÓPRIA PARTICIPAÇÃO	CRIAR MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO NO E PARA O ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURAR VIABILIZAR O ENTROSAMENTO DOS PARTICIPANTES DO FÓRUM	LOCALIZAR UM PONTO CENTRAL, REDE, DO FÓRUM	AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM PROMOVEDO A INCLUSÃO DE TODOS OS GRUPOS QUE TRABALHAM NA DEFESA DO ECA	TRAÇAR METAS CLARAS
	ORGANIZAR A PARTE ADMINISTRATIVA DO FÓRUM		
	CAPACITAR OS PARTICIPANTES DO FÓRUM ATRAVÉS DE CURSOS		
	ESTRUTURAR E ORGANIZAR AS REUNIÕES ATRAVÉS DE UMA METODOLOGIA		
	REALIZAR REUNIÕES ORGANIZADAS, RESPEITANDO PAUTA, HORÁRIOS (INÍCIO, TERMINO) COM INTERVENÇÕES PROPOSITIVAS, OBJETIVAS E NÃO REPETITIVAS		
	EVITAR POSTURAS CENTRALIZADORAS, BUSCANDO ATITUDES DEMOCRÁTICAS QUE RESPEITEM A DIVERSIDADE DE OPINIÃO		
	GARANTIR A "SEQUÊNCIA" E ENCAMINHAMENTOS DAS DISCUSSÕES E SOLICITAÇÕES COLOCADAS NESTE FÓRUM		



ANÁLISE DE ATORES

CONDECA

FÓRUM ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GOVERNO ESTADUAL

MINISTÉRIO PÚBLICO

FÓRUMS MUNICIPAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



ANÁLISE DE ATORES

ATOR	RECURSOS HUMANOS - INFRA ESTRUTURA – ORGANIZAÇÃO	EM QUE PODEM COLABORAR	COMO SE POSICIONAM
<p>Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo- CONDECA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tem infra-estrutura física adequada; • Tem recursos materiais; • Tem recursos humanos insuficientes para a demanda do Estado e de importância do mesmo; • Tem apoio técnico para auditorias da Fazenda para dar pareceres sobre os processos de uso do recurso do Fundo por parte dos CMDCA's; • A inadequação entre os recursos orçamentários e a estrutura do CONDECA; • Esta estrutura é necessária tendo em vista a grandeza do órgão o qual tem a responsabilidade de definir política pública; • A inadequação dos recursos com relação ao montante, se considerarmos o número de municípios que devem ser atendidos; • Há pouca efetividade administrativa, tendo em vista a estrutura existente; • O plano de ação do CONDECA não é construído com base nas realidades municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •



ATOR	RECURSOS HUMANOS - INFRA ESTRUTURA – ORGANIZAÇÃO	EM QUE PODEM COLABORAR	COMO SE POSICIONAM
<p>FORUM ESTADUAL DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Seus recursos humanos provêm de entidades e também cidadãos que prestam serviços não remunerados para a coletividade porque acreditam no ECA. • Uns participam ativamente. • Outros só dão o nome e participam de acordo com os interesses. • E tem também os oportunistas. • Uns tem boa qualificação no ECA • Outros precisam ser qualificados • A infra estrutura é precária, não tem sede, não tem secretaria, não tem telefone, não tem materiais de escritório, não tem nada, dificultando a organização • A maioria das entidades não colaboram. • A organização é ineficiente porque nem todos priorizam as reuniões • Há falta de objetividade e redundância nas falas. • A articulação no Estado é momentânea. • Nem todas as deliberações são encaminhadas. • Somos vistos como opositores ao governo e sem propostas. • Ter maiores e melhores informações sobre o papel do Ministério Público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar, propor, acompanhar e fiscalizar as ações do CONDECA, desde que os Conselheiros sejam membros deste Fórum. • Seguir construindo o planejamento do FEDCA, monitorá-lo e fazê-lo acontecer. • Mantendo a participação e colaboração das pessoas e das entidades sempre em aberto. • Fiscalizar e propor todas as ações que visem a real implantação do ECA. • Contribuir com serviços e infra estrutura e outros recursos necessários para realização dos objetivos deste Fórum. • Conscientizar as entidades para que colaborem com a infra estrutura. • Organizar-se em Comissões temáticas também nas regiões. • Participar nos micro-fóruns de debates articulando com o FEDCA todas as informações, Propiciando a articulação de um polo aglutinador. • Contribuir para melhorar a lei, articular, divulgar, esclarecer, visando buscar a hegemonia do processo eleitoral da sociedade civil no CONDECA. • Acionando mais o MP em caso de ilegalidade • Proceder a crítica e propor alteração de sua estrutura • Exigir que o MP cumpra o direito que está no mundo (o fato, o valor e a norma) • Criticar a estrutura vertical dos órgãos do MP e sugerir processos eletivos gerais para cargos 	<ul style="list-style-type: none"> • O grupo que participou logicamente é favorável totalmente e também comprometido.



ATOR	RECURSOS HUMANOS - INFRA ESTRUTURA - ORGANIZAÇÃO	EM QUE PODEM COLABORAR	COMO SE POSICIONAM
FORUM ESTADUAL DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • de caráter político do MP. • Dando a conhecer a sociedade o papel do MP. • Articular ações no Movimento Democrático que tem como princípio maior a defesa dos direitos humanos, para tornar pública a estrutura do judiciário no que diz respeito as leis. • Fiscalizar as ações do MP sugerindo que haja uma ouvidoria eleita pelo povo na ações do MP. • Informar o povo sobre o papel do MP e formas de fiscalizá-lo e encaminhar os procedimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> •



ATOR	RECURSOS HUMANOS - INFRA ESTRUTURA - ORGANIZAÇÃO	EM QUE PODEM COLABORAR	COMO SE POSICIONAM
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO PERÍODO 1990 – 2000	<ul style="list-style-type: none"> • Através das Secretarias do Governo e seus órgãos correlatos tem recursos humanos. • Recebem remuneração. • Uns são qualificados no ECA. • Outros não tem qualificação no ECA. • Tem infra estrutura, administração e orçamento, porém estão inadequados e precisam ser ordenados e reordenados. • O orçamento não é prioritário para cumprir o ECA. • Se organiza de forma centralizada, fragmentada, não avalia os serviços, não presta contas. • Não aceita a participação popular. • Não há articulação entre seus órgãos. • Há descontinuidade das políticas e das ações. • Cada representante eleito pelo povo quer implantar a sua plataforma política. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder o ordenamento e reordenamento dos seus órgãos e instituições. • Proceder a descentralização política administrativa. • Construir e executar uma política de formação permanente e continuada sobre o ECA. • Implantar o orçamento participativo garantindo a participação popular. • Construir e implementar ações articuladas e integradas entre as secretarias e órgãos correlatos. • Mapear e articular a rede de serviços. • Construir procedimentos para prestações de contas garantindo a participação popular. • Garantir que as políticas e ações benéficas para a maioria da população não sejam interrompidas nas mudanças de Governo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem compromisso efetivo em assegurar direitos humanos. • Omissos na real implantação do ECA, como: CMDCA, CTs, FEBEM, etc... • Desrespeita as Leis Federais e Convenções Internacionais de Proteção a Infância e Adolescência. • Tem posições de embate com a sociedade civil e contribui para que não tenha avanço as políticas públicas além de causar prejuízos irreversíveis. • Não reordenou a instituição que atende os adolescentes autores de ato infracional (art. 121 e outros). Isto contribuiu para sucessivas rebeliões, algumas seguidas de mortes, acentuando a crise de valores humanos na sociedade. • Reduziu esta questão da infância e adolescência a uma intervenção da Segurança Pública, prejudicando uma geração de jovens. • Prioriza a política econômica em detrimento da política de Direitos Humanos.



ATOR	RECURSOS HUMANOS - INFRA ESTRUTURA – ORGANIZAÇÃO	EM QUE PODEM COLABORAR	COMO SE POSICIONAM
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	<ul style="list-style-type: none"> • São 315 Promotores de Justiça ligados a questão da criança e adolescente no Estado, e são 1.500 promotores nem todos na área. O fato de terem autonomia funcional e administrativa dificulta o acesso e impede a interlocução. • São remunerados. • Tem orçamento próprio. • São estruturas verticais – tem muito poder. • Não são formados nas Universidades para a questão. • Alguns se capacitam na medida em que desenvolvem seu trabalho. • Submetem-se a estrutura organizacional do MP que é fechada. São eleitos pelos seus pares numa lista tríplice que vai para o Governador que tem o poder de escolher o chefe e não são iguais em cada Estado. • Uma vez escolhido este determina o posicionamento ideológico de todo o MP, que é muito hierárquico e conservador. • Há no MP a divisão por Coordenadorias e a questão da criança e do adolescente ficou na Coordenadoria dos Direitos Difusos e Coletivos que segue a mesma ideologia. • Tem papel de apoio. Os artigos de 127 a 130 da CF dão a definição da competência do MP. • São responsáveis pela defesa do ordenamento jurídico no geral. • Como tem estrutura política fechada a sociedade não participa da definição e escolha dos promotores na área da criança e do adolescente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprindo com suas obrigações de acordo com a Constituição Federal e o ECA (art. 6º) • Criar mecanismos enquanto instituições de participação . • Descentralizar a sua rede de atendimento. • O MP deve participar dos fóruns de debates • Deve promover audiências públicas sistemáticas tendo em vista o melhor cumprimento do seu papel institucional assimilando (a vontade popular – art. 1º da CF). • O MP pode colaborar criando espaços de interface do Executivo, o Legislativo e o Judiciário com a sociedade civil. • Assumir o seu dever de aplicar o mandamento constitucional da prioridade absoluta da criança e do adolescente no MP e no exercício de suas atribuições • Fiscalizar o CONDECA no cumprimento da prioridade absoluta e da lei 8.069. • Garantir as deliberações de controle dos CMDCA's. • fazer uma publicação popular sobre sua estrutura • Buscar integração entre seus pares e afins. • Ter mais ação na linha da pedagogia de direitos trabalhando a formação e a informação do cidadão. 	<ul style="list-style-type: none"> • A grande parte dos promotores não cumprem suas obrigações. • Dão exemplos claros de desvio de procedimento quando permite compor as Varas Especiais para atendimento dos autores de atos infracionais (DEIJ) • O vocabulário que utilizam não é acessível, não dando ao povo condições de conhecer as leis, sobretudo o MP e o Judiciário porque não consta dos currículos escolares, parece que não interessa ao Governo e nem ao MP que o povo saiba os seus direitos. • Grande maioria desenvolvem ações fragmentadas.



ATOR	RECURSOS HUMANOS - INFRA ESTRUTURA – ORGANIZAÇÃO	EM QUE PODEM COLABORAR	COMO SE POSICIONAM
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	<ul style="list-style-type: none"> • Há 2 instâncias, o Promotor e Procurador. • O Promotor tem autonomia para interpretar o direito, ou seja, pode interpretar de acordo com os interesses ideológicos do MP. • Há aqueles que não seguem isto e correm risco de serem punidos. 		<ul style="list-style-type: none"> •



ATOR	RECURSOS HUMANOS - INFRA ESTRUTURA – ORGANIZAÇÃO	EM QUE PODEM COLABORAR	COMO SE POSICIONAM
FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	<ul style="list-style-type: none"> • A desmobilização dos movimentos populares de maneira geral também se refletem na organização do Fórum • Não se apropria dos mecanismos e instrumentos legais (CF, ECA, Lei Orgânica do Município) e nem conhece a política de atendimento da criança e do adolescente • Não consegue controlar as decisões emanadas das conferências municipais • Não fiscaliza os recursos do Fundo Municipal e Nacional • Não faz a campanha de arrecadação do 1% em parceria com o CMDCA • A absoluta maioria não participa do FEDCA e comprometem a representatividade • Não cobram dos CMDCA que publicizem os projetos e deliberações do CMDCA • Não colaboram com subsídios para o CMDCA para as resoluções • Os FMDCA não se articulam com as regionais • Possuem sérias dificuldades de infra-estrutura • Há muita rotatividade dos participantes • Não recebem informações do FEDCA • A grande maioria não possui formação adequada e nem conhecimentos suficientes sobre o ECA e o sistema de garantia • Deveria fazer formação dos Conselheiros de Direitos e Tutelares • Deve fazer o debate e a sensibilização da comunidade local • A grande maioria não tem planejamento • Nem todos tem as comissões permanentes e emergenciais 	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalizar os Governos na aplicação do ECA • Ser a raiz da democracia participativa, onde as forças vivas da sociedade fazem acontecer as políticas e as decisões • Controlar e apoiar o CMDCA, sobretudo os conselheiros da sociedade civil • Construir e propor leis que beneficiem a atenção integral <p>Construir políticas públicas de modo que não se configure as compensatórias</p>	



ATOR	RECURSOS HUMANOS - INFRA ESTRUTURA – ORGANIZAÇÃO	EM QUE PODEM COLABORAR	COMO SE POSICIONAM
<p>FÓRUM MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</p> <p>(Existem 645 Fóruns no estado de SP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É formado por Entidades Sociais; • Estão cobrando 500,00 de contribuição* das Entidades Sociais e muitas saíram. Exclui-se a participação dos não pagantes na Assembléia, conforme Regimento Interno; • Suas reuniões se dão quase que exclusivamente com os conselheiros do CONANDA, da sociedade civil, restringindo. • A posição do Fórum é a posição dos conselheiros • Não tem organização descentralizada e não distribui as informações, deliberações e propostas • Não busca subsídios e nem propostas dos Estaduais • Não informa aos municípios sobre os recursos do Fundo Nacional • Não exerce a fiscalização e o controle de suas deliberações • No processo de eleição do CONANDA, a estrutura organizacional do FMDCA limita a ampla participação restringindo • É um espaço de articulação democrática, suprapartidária e ecumênica da sociedade civil, da entidades sociais e de cidadãos comprometidos na defesa dos direitos da criança e do adolescente e da aplicação do ECA, garantindo a doutrina de proteção integral • É a raiz da democracia participativa, onde as forças vivas da cidade fazem acontecer. • É diferenciado em cada município e em cada momento político • Não existe em todos os municípios • Não possui clareza da dimensão de seu papel • 	<ul style="list-style-type: none"> • Enviar suas informações (informações do Fundo Nacional/deliberações das conferências/tramitação dos projetos de lei) para todos os Conselhos de Direitos Estaduais e os Fóruns Estaduais • Promover encontros com os FEDCAs periódicos, para tratar de temas específicos e emergentes para subsidiar os estados em suas posições, bem como propor ao CONANDA • Colocar pessoas competentes e comprometidas com a defesa de direitos • Realizar reuniões bimestrais ampliadas com as Entidades Sociais visando ampliar representatividade e legitimidade • Viabilizar recursos que possibilitem a plena participação • Normatizar que a composição do FNDCA terá um representante de cada estado e do Distrito Federal • Deve defender as questões (...) ao âmbito federal como as deliberações das Conferências Nacionais, as resoluções do CONANDA, os Projetos de Lei em tramitação e informar os estaduais • Disciplinar o processo eleitoral de forma democrática e proporcional às realidades econômicas das Entidades Sociais para que os conselheiros sejam eleitos em ampla assembleia, para que a democracia participativa seja efetivada • 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausente, desconhecendo o processo • Ausente em sua grande maioria • Tem os carregadores de piano • Tem os que tocam • Tem os que vem de vez em quando • A grande maioria não se posiciona quanto ao descumprimento da política de atendimento • A grande maioria não tem interlocução com os CMDCA's e nem com os Conselhos Tutelares

ATOR	RECURSOS HUMANOS- INFRA ESTRUTURA-ORGANIZAÇÃO	EM QUE PODEM COLABORAR	COMO SE POSICIONAM
FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	<ul style="list-style-type: none"> • É formado por representantes dos Estados. • Estão cobrando R\$500,00 de cada cada representação e muitos representantes saíram. • Exclui-se a participação dos não pagantes na assembléia, conforme regimento interno. • Suas reuniões ocorrem quase que exclusivamente com os conselheiros (as) do CONANDA, restringindo aos representantes da sociedade civil. • A posição do Fórum é a posição dos conselheiros (as). • Não tem organização descentralizada e não socializa as informações, deliberações e propostas. • Não busca subsídios e nem propostas dos fóruns estaduais. • Não informa os municípios sobre os recursos do Fundo Nacional DCA. • Não exerce a fiscalização e controle das suas deliberações. • No processo de eleição do CONANDA, a estrutura organizacional do FNDCA limita a ampla participação. • 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. • Enviar suas informações para todos os Conselhos Estaduais dos Direitos e aos Fóruns Estaduais. • Promover encontros com os Fóruns Estaduais periodicamente, para tratar de temas específicos e emergentes afim de subsidiar os Estados em suas posições, bem como levar propostas ao CONANDA. • Eleger pessoas competentes e comprometidas com a defesa dos direitos nos fóruns. • Realizar reuniões bimestrais, ampliadas com as representações estaduais visando dinamizar a representatividade e a legitimidade. • Viabilizar recursos que possibilitem a plena participação dos representantes estaduais no fórum nacional. • Normatizar a composição do fórum nacional de modo que haja um representante de cada Estado e do DF. • Deve defender as questões afetas ao âmbito federal, como as deliberações das conferências nacionais, as resoluções do CONANDA, os projetos de lei em tramitação e informar os fóruns estaduais. • Disciplinar o processo eleitoral de forma democrática e proporcional a realidade econômica dos Estados, para que os conselheiros (as) sejam eleitos em ampla assembléia e para que a democracia participativa seja efetivada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Parcialmente ausente desconhecendo o processo dos fóruns estaduais. •

ANÁLISE DE GOVERNABILIDADE

OBJETIVOS	IMPACTOS SOBRE O PROBLEMA	CAPACIDADE DE GOVERNABILIDADE DO GRUPO
Resultado 1	A	M
Resultado 2	A	A
Resultado 3	A	A
Resultado 4	A	M
Resultado 5	A	B
Resultado 6	A	B
Resultado 7	A	M
Resultado 8	M	B
Resultado 9	A	A
Resultado 10	A	A
Resultado 11	A	M
Resultado 12	A	A
Resultado 13	A	B
Resultado 14	A	M
Resultado 15	A	A
Resultado 16	A	A
Resultado 17	A	M
Resultado 18	A	M
Resultado 19	A	B
Resultado 20	A	A



OBJETIVOS	IMPACTOS SOBRE O PROBLEMA	CAPACIDADE DE GOVERNABILIDADE DO GRUPO
Resultado 21	A	A
Resultado 22	A	M
Resultado 23	A	M
Resultado 24	A	M
Resultado 25	A	B
Resultado 26	A	B
Resultado 27	A	B
Resultado 28	A	A
Resultado 29	A	A
Resultado 30	A	A
Resultado 31	A	A
Resultado 32	A	A
Resultado 33	A	M
Resultado 34	A	M
Resultado 35	A	M
Resultado 36	A	A



LINHAS DE AÇÃO



1. Linha de Ação	Resultados	Objetivo do Resultado	Instrumentos	Responsabilidade Institucional
1.1 Construir o Projeto Político de Intervenção Social para o Fórum Objetivo : unificar ações de intervenção social e promover a articulação da sociedade civil	R1 Buscar concisão no discurso para facilitar a sua sistematização, etc..	Afinar os propósitos e estratégias para atingir os objetivos comuns Ter transparência na fala, ações e posturas éticas	Promover o diálogo e reuniões	Fórum Estadual – Executiva ampliada
	R2 Buscar articulação do Fórum com a Associação criada para dar suporte financeiro.			
	R3 Criar metodologia de trabalho com as diferentes comunicações existentes no fórum.	Criar estratégias de comunicação coerentes com os princípios políticos do Fórum	Cursos, encontros, seminários, palestras e grupos de estudos	
	R4 Desenvolver uma rede de informações entre os diferentes segmentos.	- Construir interligação entre os equipamentos e organizações sociais governamentais e não governamentais direta e indiretamente relacionados ao sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.	Construir a partir da informática (intranet e internet) troca e intercâmbio de informações, para discutir e elaborar ações concretas frente a conjuntura e para intervir, controlar e propor alternativas frente as políticas públicas para criança e adolescente.	Comissão de Divulgação e Comunicação
	R 5 Priorizar o Fórum na agenda das pessoas e instituições.	- Criar uma agenda conjunta local e estadual para os eventos, onde todos os envolvidos pela causa infanto-juvenil possam exercer efetivamente a sua participação democrática. - Possibilitar às organizações governamentais e não governamentais a troca de experiências nos vários setores de atendimento à infância e adolescência.	Construir uma agenda permanente que possa ser alimentada e acessada via internet e intranet	Comissão de Divulgação e Comunicação

1. Linha de Ação	Resultados	Objetivo do Resultado	Instrumentos	Responsabilidade Institucional
<p>1.1 Construir o Projeto Político de Intervenção Social para o Fórum</p> <p>Objetivo : unificar ações de intervenção social e promover a articulação da sociedade civil</p>	<p>R 6 Ter comprometimento para a nossa unidade de ação e articulação dos nossos objetivos comuns, a fim de que não prevaleça a “fogueira das vaidades”.</p>	<p>- Garantir nas ações conjuntas uma atitude ético-política capaz de consolidar a unidade das instituições e das pessoas participantes, sempre observando os objetivos que se quer atingir (“fogueira das vaidades)</p> <p>- Desencadear um processo coerente entre o pensado e as ações desenvolvidas pelas instituições ou pessoas participantes do fórum, visando através do compromisso social a mudança da realidade da infância e da adolescência em particular e da sociedade em geral.</p> <p>- Buscar de forma solidária, construir posturas autênticas e transparentes em todas as circunstâncias, desde o projeto de vida de cada um, até a explicitação da missão de cada instituição, respeitando as diferenças de credo, sexo, raça, ideologia política etc.</p>	<p>Construir planos e planejamentos para objetivar as representações do Fórum e, também, efetivar o monitoramento das representações por meio de discussão e avaliação dos relatos da representação.</p>	<p>Executiva do Fórum e as reuniões do Fórum</p>
	<p>R 7 Procurar viabilizar o entrosamento dos participantes do Fórum.</p>	<p>- Buscar em todas as ações conjuntas e articuladas entre as entidades governamentais e não governamentais a consolidação da democracia participativa em todas as instâncias institucionais ou sociais.</p>		
	<p>R 8 Articular a sociedade civil para a inserção do segmento governamental.</p>	<p>Criar condições efetivas de inserção institucional e social da sociedade civil organizada para atuar junto com os segmentos governamentais de forma paritária, num processo de gestão participativa.</p>	<p>Constituir representação do Fórum no Conselho Estadual de maneira que haja interlocução entre o Conselho e o Fórum Estadual</p>	<p>Executiva e Fórum</p>

1. Linha de Ação	Resultados	Objetivo do Resultado	Instrumentos	Responsabilidade Institucional
<p>1.1 Construir o Projeto Político de Intervenção Social para o Fórum</p> <p>Objetivo : unificar ações de intervenção social e promover a articulação da sociedade civil</p>	<p>R 6 Ter comprometimento para a nossa unidade de ação e articulação dos nossos objetivos comuns, a fim de que não prevaleça a “fogueira das vaidades”.</p>	<p>- Garantir nas ações conjuntas uma atitude ético-política capaz de consolidar a unidade das instituições e das pessoas participantes, sempre observando os objetivos que se quer atingir (“fogueira das vaidades)</p> <p>- Desencadear um processo coerente entre o pensado e as ações desenvolvidas pelas instituições ou pessoas participantes do fórum, visando através do compromisso social a mudança da realidade da infância e da adolescência em particular e da sociedade em geral.</p> <p>- Buscar de forma solidária, construir posturas autênticas e transparentes em todas as circunstâncias, desde o projeto de vida de cada um, até a explicitação da missão de cada instituição, respeitando as diferenças de credo, sexo, raça, ideologia política etc.</p>	<p>Construir planos e planejamentos para objetivar as representações do Fórum e, também, efetivar o monitoramento das representações por meio de discussão e avaliação dos relatos da representação.</p>	<p>Executiva do Fórum e as reuniões do Fórum</p>
	<p>R 7 Procurar viabilizar o entrosamento dos participantes do Fórum.</p>	<p>- Buscar em todas as ações conjuntas e articuladas entre as entidades governamentais e não governamentais a consolidação da democracia participativa em todas as instâncias institucionais ou sociais.</p>		
	<p>R 8 Articular a sociedade civil para a inserção do segmento governamental.</p>	<p>Criar condições efetivas de inserção institucional e social da sociedade civil organizada para atuar junto com os segmentos governamentais de forma paritária, num processo de gestão participativa.</p>	<p>Constituir representação do Fórum no Conselho Estadual de maneira que haja interlocução entre o Conselho e o Fórum Estadual</p>	<p>Executiva e Fórum</p>

1. Linha de Ação	Resultados	Objetivo do Resultado	Instrumentos	Responsabilidade Institucional
1.1 Construir o Projeto Político de Intervenção Social para o Fórum Objetivo : unificar ações de intervenção social e promover a articulação da sociedade civil	R 9 Construir comissões para operacionalizar o projeto.	- Construir modelos e paradigmas teóricos (partindo da prática) capazes de contribuir com a tomada de consciência do sentido e do significado do novo processo de gestar a democracia participativa e suas implicações.	Cursos, encontros, reuniões, seminários, grupos de estudos.	Executiva do Fórum
	R 16 Capacitar os participantes do Fórum através de cursos.	- Definir princípios e diretrizes do projeto político-pedagógico para as várias formações dos agentes multiplicadores que atuam na definição das políticas públicas, no atendimento da infância e da adolescência, de acordo com o que preconiza o ECA.	Cursos, encontros, reuniões, seminários, grupos de estudos.	Comissão de Formação

1. Linha de ação	resultados	objetivo do resultado	instrumentos	responsabilidade institucional
1.2. Promover a capacitação dos sujeitos envolvidos no Fórum, pautado nos princípios e diretrizes da Doutrina da Proteção Integral	R 11 Tomar consciência do que é democracia participativa e suas implicações.	formar pessoas para a democracia participativa	Cursos, encontros, seminários, palestras e grupos de estudos	Comissão de Formação
Objetivo Geral: Propiciar ao Fórum condições de ser agente multiplicador do ECA, trabalhando com outros Fóruns, movimentos populares e pessoas que atuam na esfera de defesa dos direitos da criança e do adolescente.	R 12 Sensibilizar as pessoas e as instituições que defendem a democracia participativa para que possam financiá-la	envolver pessoas e órgãos financiadores	encontros e reuniões	Comissão de Captação de Recursos e Executiva do Fórum
	R 16 Capacitar os participantes do fórum através de cursos.	formar pessoas para a implementação do ECA	Cursos, encontros, seminários, palestras e grupos de estudos	Comissão de Formação
	R 17 Estruturar e organizar as reuniões através de uma metodologia.	capacitar pessoas que construam metodologias de construção coletiva	reuniões, seminários, grupos de estudos	Comissão de Formação e Executiva
	R 22 Divulgar para as instituições a relevância da participação coletiva no fórum.	promover maior participação da entidades	Cursos, encontros, reuniões, seminários, grupos de estudos	Comissão de Formação e Executiva
	R 23 Publicizar o papel e a importância do FEDCA para favorecer o seu conhecimento pelas instituições.	promover maior participação de pessoas não envolvidas com a criança e o adolescente	Cursos, encontros, seminários e colóquios	Comissão de Formação e Executiva
	R 25 Articular encontros regionais com o objetivo de possibilitar a organização e a criação dos fóruns municipais.	promover a articulação de encontros regionais e estimular a criação de novos fóruns municipais e regionais no Estado	Encontros e seminários regionais	Todas as comissões

1. Linha de ação	Resultados	objetivo do resultado	instrumentos	Responsabilidade institucional
1.3. Desenvolver ações de mobilização e de articulação, tendo em vista a sensibilização da comunidade e da sociedade em geral para o reconhecimento e o exercício da democracia participativa	R 21 Elaborar o planejamento coletivo do fórum para possibilitar ações articuladas, integradas e democráticas	Construir coletivamente propostas de ações do Fórum para fortalecer o movimento	Planejamento participativo, construção e divulgação de agenda de reuniões, encontros e eventos em geral	Fórum – Executiva Ampliada
Objetivo Geral: articular as forças vivas do movimento comprometido com a defesa da criança e do adolescente para ampliar a participação e a organização da sociedade civil, proporcionando maior publicidade das ações, além do fortalecimento político do Fórum	R 36 Traçar metas claras	Viabilizar o planejamento participativo (detalhado) do Fórum	Reuniões de elaboração dos Planos de Ações	Fórum Estadual (assembléia)
	R 24 Criar interface do fórum estadual com os microfóruns específicos possibilitando a existência de um ponto articulador. R 28 Ampliar a participação no fórum, promovendo a inclusão de todos os grupos que trabalham em defesa do ECA.	Congregar as diversas mobilizações (fórum trabalho infantil, violência sexual...) do movimento da infância e adolescência, tendo como referência o Fórum Estadual.	Indicação de representantes articuladores com cada fórum específico (Trabalho Infantil, Exploração sexual, entre outros), e que forneçam relatórios, a cada três meses, ao Fórum	Fórum Estadual (assembléia)
	R 26 Criar encontros sistemáticos nas regiões para garantir uma articulação permanente com os fóruns.	Contribuir para a criação e a organização de fóruns municipais, para o fortalecimento da integração estadual do movimento	- Encontros regionais com periodicidade determinada; - Produção de subsídios (cartilha) para organização dos fóruns municipais	Comissão de Articulação Regional
	R 30 Divulgar a missão institucional. R31 Divulgar a história do fórum.	Promover a inclusão de novos sujeitos sociais, sejam pessoas ou instituições, no Fórum Estadual	- produção de material para divulgação; - Cursos, encontros, seminários e colóquios	Executiva, Comissão de Divulgação e Comunicação e Comissão de Formação

1. Linha de ação	resultados	objetivo do resultado	instrumentos	responsabilidade institucional
<p>1.4. Estruturar o Fórum nas diversas frentes (administração organizacional, financeira e comunicação) no sentido de legitimar, viabilizar e potencializar suas proposituras.</p>	<p>R11 Tomar consciência do que é democracia participativa e suas implicações. R12 Sensibilizar as pessoas e as instituições que conhecem a democracia participativa para que possam financiá-la. R13 Captar recursos para a instalação de uma rede, para o fórum estadual.</p>	<p>- Para que as pessoas possam intervir com maior clareza e autonomia nos espaços de participação democrática. - Ter recursos para a otimização da estrutura administrativa e política do fórum estadual.</p>	<p>Comissão de captação de recursos.</p>	<p>Comissão de Captação de Recursos</p>
<p>Objetivo Geral Articular os diferentes atores participantes do Fórum, na perspectiva de facilitar a intervenção na sociedade, nas diferentes esferas (política/social/econômica), possibilitando maior reconhecimento e legitimidade política do Fórum e da democracia participativa.</p>	<p>R 14 Localizar um ponto de referência central da rede de articulação do fórum. R 15 Organizar a parte administrativa do fórum. R 20 Garantir a sequência e o encaminhamento das discussões e solicitações colocadas neste fórum. R 25 Articular encontros regionais com o objetivo de possibilitar a organização e a criação dos fóruns municipais. R 29 Traçar com objetividade os interesses do FEDCA, evitando a sobreposição de interesses individuais. R 36 Traçar metas claras.</p>	<p>- Garantir o funcionamento organizado do Fórum. - A democratização das informações veiculadas no fórum. - Dinamizar a participação do fórum. - Promover a troca de reflexões e informações entre os municípios, além de propiciar o fortalecimento da cidadania ativa. - Assegurar os interesses coletivos.</p>	<p>Ter uma sede com um funcionário executivo, com os recursos necessários para o funcionamento (computador, fax, telefone, material de escritório em geral, etc.)</p>	<p>Executiva</p>



1. Linha de ação	resultados	objetivo do resultado	instrumentos	responsabilidade institucional
<p>1.4. Estruturar o Fórum nas diversas frentes (administração organizacional, financeira e comunicação) no sentido de legitimar, viabilizar e potencializar suas proposituras.</p> <p>Objetivo Geral Articular os diferentes atores participantes do Fórum, na perspectiva de facilitar a intervenção na sociedade, nas diferentes esferas (política/social/econômica), possibilitando maior reconhecimento e legitimidade política do Fórum e da democracia participativa.</p>	<p>R23 Publicizar o papel e a importância do FEDCA para favorecer o seu conhecimento pelas instituições.</p> <p>R 26 Criar encontros sistemáticos nas regiões para garantir uma articulação permanente com os fóruns.</p> <p>R27 Construir compromissos coletivos no fórum, sendo os interesses individuais decorrentes da própria participação.</p> <p>R.30 Divulgar a missão institucional do fórum.</p> <p>R31 Divulgar a história do Fórum.</p> <p>R 32 Persistir na divulgação da real história do fórum.</p> <p>R 33 Definir estratégias de comunicação</p> <p>R34 Tornar a comunicação eficiente e sem falha.</p> <p>R35 Criar mecanismos de divulgação no e para o Estado de São Paulo.</p>	<p>- Fortalecer o Fórum articulando os diversos segmentos da infância, para os a construção da cidadania infanto-juvenil e da Democracia Participativa.</p> <p>- Buscar maior participação de outras instituições e movimentos.</p> <p>- Para agilizar as informações e permitir a atualização permanente.</p>	<p>Criar rede de comunicação envolvendo os diversos fóruns e Conselhos Municipais e Tutelares, jornais, revistas, reuniões, site, banco de dados, etc.</p>	<p>Comissão de Divulgação e Comunicação</p>



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o término desta etapa do Planejamento, o principal problema do FEDDCA/SP de ser “usado de acordo com os interesses do momento” começa o seu fim. A proposta de organização possibilitará a construção de processos de forma coletiva, impedindo a intervenção individual, sem base de discussão, que marcam as relações autoritárias e sem transparência.

O Estado de São Paulo apresenta enormes desafios para o movimento da infância e da adolescência. Para enfrentá-los, o Planejamento se apresenta como um norte para o movimento conseguir travar debates que promovam ações efetivas para a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste sentido, o grande desafio para o próprio movimento é a nossa articulação e integração para que as instâncias estabeleçam relações de democracia participativa. Será necessário, portanto, uma atuação estreita entre os conselheiros (as) representantes da sociedade civil no CONDECA e o FEDDCA/SP. Estas duas instâncias só se fortalecem, se caminharem juntas na busca de uma maior participação e legitimação. Sem isso, continuaremos a possibilitar a produção de políticas focais, de acordo com os interesses de quem estão no poder, quando devemos estar juntos com força e coesão para traçar e efetivar as políticas sociais públicas deliberadas no Conselho.



SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS



